

- b) Formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com as áreas funcionais dos lugares postos a concurso;
- c) Experiência profissional, em que se pondera o desempenho efectivo de funções na área de actividade para a qual o concurso é aberto, bem como outras capacitações adequadas, sendo avaliada pelas suas natureza e duração, designadamente no âmbito de um serviço de informática de grande dimensão.

16 — Os critérios de apreciação e ponderação da prova de conhecimentos específicos da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, as quais serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

17 — A classificação final é expressa na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores, conforme determina o artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98.

18 — Em caso de igualdade de classificação, o desempate dos candidatos é feito nos termos do artigo 37.º do citado Decreto-Lei n.º 204/98.

19 — A relação dos candidatos admitidos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos e nos prazos legais, sendo, designadamente, afixadas no local referido no n.º 7 do presente aviso.

20 — Nos termos do disposto no despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se constar a seguinte menção:

«Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

21 — Composição do júri:

Presidente — Licenciada Teresa Maria de Melo Claro da Fonseca, directora de serviços.

Vogais efectivos:

José Manuel Ferreira Gaspar, chefe de divisão.

Licenciada Maria Teresa Guimarães Santos Costa Monteiro Macedo, chefe de divisão.

Vogais suplentes:

Licenciado Francisco Manuel Correia Borralho, especialista de informática do grau 3, nível 2.

Licenciada Maria José Leal Grazina, especialista de informática do grau 3, nível 2.

O 1.º vogal efectivo substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

22 de Dezembro de 2005. — O Director-Geral, *António Ramos Lopes*.

Inspeção-Geral de Finanças

Aviso n.º 170/2006 (2.ª série). — Por despacho do inspector-geral de Finanças de 23 de Dezembro de 2005:

José Fernandes Batista, Manuel Acácio da Silva e Cunha, António da Anunciação Duarte e Luís Miguel Pinto de Sousa e Silva — renovadas as comissões de serviço no cargo de inspector de finanças-chefe do quadro do pessoal dirigente da Inspeção-Geral de Finanças, em conformidade com os artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 21.º da citada legislação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2005. — O Inspector-Geral, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

Aviso n.º 171/2006 (2.ª série). — Por despacho do inspector-geral de Finanças de 23 de Dezembro de 2005:

Severo Praxedes Soares — renovada a comissão de serviço no cargo de inspector de finanças-director do quadro do pessoal dirigente da Inspeção-Geral de Finanças, em conformidade com os artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto,

ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 21.º da citada legislação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2005. — O Inspector-Geral, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 99/2006 (2.ª série). — Louvo o tenente-coronel de infantaria NIM 00624685, Nuno Alvaro Pereira Bastos Rocha, pela forma excepcionalmente dedicada e altamente competente como tem vindo a exercer as suas funções na Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa.

Oficial íntegro, muito leal e dotado de apurado sentido crítico, capacidade de análise e inteligência, soube aliar de forma notável este conjunto de atributos à sua sólida preparação técnico-militar, desenvolvendo um intenso e profícuo trabalho em apoio da prossecução dos objectivos superiormente cometidos à DGAED.

Das múltiplas missões que lhe foram atribuídas, merece particular destaque a coordenação dos trabalhos da equipa técnica de apoio à comissão do procedimento relativo ao fornecimento do armamento ligeiro para as Forças Armadas Portuguesas, à qual se entregou com grande entusiasmo, extraordinária dedicação e elevado sentido de responsabilidade.

Desde o início que a sua acção foi determinante para a condução do procedimento, designadamente na organização impecável do seminário sobre armamento ligeiro realizado na Escola Prática de Infantaria em Dezembro de 2003, destinado a apresentar os seus objectivos e plano de desenvolvimento e, paralelamente, recolher informação de extrema importância para a complexa e muito exigente preparação do procedimento.

Numa fase seguinte, soube coordenar de forma eficiente e eficaz uma extensa equipa de militares e civis, representantes dos três ramos das Forças Armadas, de outros órgãos e serviços centrais do Ministério da Defesa Nacional, juristas e consultores externos para a construção da metodologia de avaliação, trabalho esse que veio a culminar com a execução, com êxito, dos testes de campo às diferentes armas a concurso realizados na Escola Prática de Infantaria.

Demonstrando notável espírito de missão e de iniciativa e invulgar capacidade de trabalho, assegurou também a representação da DGAED nos trabalhos para a implementação de um sistema integrado de gestão do Ministério da Defesa Nacional, a coordenação dos estudos relativos à missão e organização da DGAED e a participação noutros programas de reequipamento das Forças Armadas, designadamente na construção de modelos de avaliação, onde o rigor, objectividade e frontalidade que colocou nas suas intervenções mereceram os maiores elogios de outras entidades e que muito contribuíram para o prestígio da DGAED e da defesa nacional.

A sua competência e qualidades ficaram também comprovadas no plano internacional pelos resultados que conseguiu durante a participação em reuniões e visitas de trabalho a países amigos e aliados, que muito contribuíram para fundamentar a tomada de decisões superiores e para estreitar as ligações institucionais com departamentos estrangeiros congéneres da DGAED.

Durante este período, de cerca de dois anos, o tenente-coronel de infantaria Nuno Alvaro Pereira Bastos Rocha comprovou ser dotado de excelentes qualidades profissionais e humanas que o qualificam, justamente, como um oficial distinto, merecedor do reconhecimento público, devendo os serviços por si prestados ser considerados como extraordinários, relevantes e distintos, dos quais resultou honra e lustre para a defesa nacional e para Portugal.

Assim, nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º e atento o disposto no artigo 16.º, ambos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, concedo a medalha de serviços distintos de prata ao tenente-coronel de infantaria Nuno Alvaro Pereira Bastos Rocha.

19 de Dezembro de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Direcção-Geral de Infra-Estruturas

Despacho (extracto) n.º 446/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 22 de Dezembro de 2005:

Maria da Glória Ferreira Martins, auxiliar de acção educativa do quadro distrital de vinculação de Vila Real da Direcção Regional